

## ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março	7
Decreto-Lei nº 200/2004, de 18 de agosto	25
TÍTULO I Disposições introdutórias	27
CAPÍTULO I Disposições gerais	27
CAPÍTULO II Processo especial de revitalização	33
TÍTULO II Declaração da situação de insolvência	40
CAPÍTULO I Pedido de declaração de insolvência	40
SECÇÃO I Legitimidade para apresentar o pedido e desistência	40
SECÇÃO II Requisitos da petição inicial	42
CAPÍTULO II Tramitação subsequente	44
CAPÍTULO III Sentença de declaração de insolvência e sua impugnação	48
SECÇÃO I Conteúdo, notificação e publicidade da sentença	48
SECÇÃO II Impugnação da sentença	53
CAPÍTULO IV Sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência	54
TÍTULO III Massa insolvente e intervenientes no processo	54
CAPÍTULO I Massa insolvente e classificações dos créditos	54
CAPÍTULO II Órgãos da insolvência	58
SECÇÃO I Administrador da insolvência	58
SECÇÃO II Comissão de credores	63
SECÇÃO III Assembleia de credores	65
TÍTULO IV Efeitos da declaração de insolvência	68
CAPÍTULO I Efeitos sobre o devedor e outras pessoas	68
CAPÍTULO II Efeitos processuais	71
CAPÍTULO III Efeitos sobre os créditos	72
CAPÍTULO IV Efeitos sobre os negócios em curso	76
CAPÍTULO V Resolução em benefício da massa insolvente	84

TÍTULO V Verificação dos créditos. Restituição e separação de bens	87
CAPÍTULO I Verificação de créditos	87
CAPÍTULO II Restituição e separação de bens	92
CAPÍTULO III Verificação ulterior	93
TÍTULO VI Administração e liquidação da massa insolvente	95
CAPÍTULO I Providências conservatórias	95
CAPÍTULO II Inventário, lista de credores e relatório do administrador da insolvência	97
CAPÍTULO III Liquidação	98
SECÇÃO I Regime aplicável	98
SECÇÃO II Dispensa de liquidação	103
TÍTULO VII Pagamento aos credores	103
TÍTULO VIII Incidentes de qualificação da insolvência	107
CAPÍTULO I Disposições gerais	107
CAPÍTULO II Incidente pleno de qualificação da insolvência	109
CAPÍTULO III Incidente limitado de qualificação da insolvência	110
TÍTULO IX Plano de insolvência	111
CAPÍTULO I Disposições gerais	111
CAPÍTULO II Aprovação e homologação do plano de insolvência	118
CAPÍTULO III Execução do plano de insolvência e seus efeitos	121
TÍTULO X Administração pelo devedor	130
TÍTULO XI Encerramento do processo	133
TÍTULO XII Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares	136
CAPÍTULO I Exoneração do passivo restante	136
CAPÍTULO II Insolvência de não empresários e titulares de pequenas empresas	142
SECÇÃO I Disposições gerais	142
SECÇÃO II Plano de pagamentos aos credores	142
SECÇÃO III Insolvência de ambos os cônjuges	148
TÍTULO XIII Benefícios emolumentares e fiscais	149
TÍTULO XIV Execução do Regulamento (CE) nº 1346/2000, do Conselho, de 29 de Maio	151
TÍTULO XV Normas de conflitos	152
CAPÍTULO I Disposições gerais	152
CAPÍTULO II Processo de insolvência estrangeiro	154
CAPÍTULO III Processo particular de insolvência	156
TÍTULO XVI Indiciação de infracção penal	157
TÍTULO XVII Disposições finais	158
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
RERE – REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Lei nº 8/2018, de 2 de março	163
CAPÍTULO I Disposições gerais	163

CAPÍTULO II Negociação do acordo de reestruturação	165
SECÇÃO I Sujeição das negociações ao Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas	165
SECÇÃO II Efeitos do depósito do protocolo de negociação	168
SECÇÃO III Negociação do acordo de reestruturação	170
SECÇÃO IV Encerramento	171
CAPÍTULO III Acordo de reestruturação	172
SECÇÃO I Conteúdo, forma e depósito	172
SECÇÃO II Efeitos do acordo de reestruturação	174
SECÇÃO III Incumprimento do acordo de reestruturação	176
CAPÍTULO IV Alteração aos Códigos do IRC e do IVA	177
CAPÍTULO V Responsabilidade dos administradores judiciais	177
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	178
ESTATUTO DO MEDIADOR DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Lei nº 6/2018, de 22 de fevereiro	181
CAPÍTULO I Disposições gerais	181
CAPÍTULO II Acesso à atividade	182
CAPÍTULO III Atividade dos mediadores	189
CAPÍTULO IV Remuneração e pagamento do mediador	191
CAPÍTULO V Disposições complementares e finais	191
REGIME JURÍDICO DA CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL	
Lei nº 7/2018, de 2 de março	195
ESTATUTO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL	
Lei nº 22/2013, de 26 de fevereiro	201
CAPÍTULO I Disposições gerais	201
CAPÍTULO II Acesso à atividade	202
CAPÍTULO III Direitos e deveres dos administradores judiciais	206
CAPÍTULO IV Atividade dos administradores judiciais	208
CAPÍTULO V Regime sancionatório	209
CAPÍTULO VI Remuneração e pagamento do administrador judicial	212
CAPÍTULO VII Disposições finais e transitórias	217
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES DE ADMINISTRADORES DA INSOLVÊNCIA	
Decreto-Lei nº 54/2004, de 18 de março	219
REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS DO ADMINISTRADOR DA INSOLVÊNCIA EM CASO DE NOMEAÇÃO PELO JUIZ	
Portaria nº 51/2005, de 20 de janeiro	223

MODELOS DOS ANEXOS AO PLANO DE PAGAMENTOS AOS CREDORES EM PROCESSO DE INSOLVÊNCIA DE PESSOAS SINGULARES	
Portaria nº 1039/2004, de 13 de agosto	227
REGIME GERAL DE PREVENÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO	
Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro	231
CAPÍTULO I Disposições gerais	233
CAPÍTULO II Gestão do risco de incumprimento	236
CAPÍTULO III Regularização das situações de incumprimento	239
SECÇÃO I Procedimento extrajudicial de regularização de situações de incumprimento	239
SECÇÃO II Mediação	244
CAPÍTULO IV Rede extrajudicial de apoio a clientes bancários	245
SECÇÃO I Entidades que integram a rede	245
SECÇÃO II Atuação das entidades que integram a rede	246
SECÇÃO III Informação e formação financeira pelas entidades que integram a rede	248
CAPÍTULO V Disposições complementares, transitórias e finais	248
REGIME E PROCEDIMENTO APLICÁVEIS AO RECONHECIMENTO DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM A REDE EXTRAJUDICIAL DE APOIO A CLIENTES BANCÁRIOS	
Portaria nº 2/2013, de 2 de janeiro	251
DEVERES A OBSERVAR PELAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE SITUAÇÕES DE INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO	
Aviso do Banco de Portugal nº 17/2012, de 4 de dezembro	261
CAPÍTULO I Disposições gerais	262
CAPÍTULO II Gestão do incumprimento de contratos de crédito	263
SECÇÃO I Disposições comuns	263
SECÇÃO II Gestão do risco de incumprimento	265
SECÇÃO III Regularização extrajudicial das situações de incumprimento	267
CAPÍTULO III Reporte de informação ao Banco de Portugal	269
ARTICULAÇÃO ENTRE O PERSI E O REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DO INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO À HABITAÇÃO	
Carta-Circular do Banco de Portugal nº 93/2012/DSC, de 28 de dezembro	271

<b>REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS DE GARANTIA FINANCEIRA</b>	
Decreto-Lei nº 105/2004, de 8 de maio	275
Decreto-Lei nº 85/2011, de 29 de junho	279
TÍTULO I Disposições gerais	283
TÍTULO II Penhor financeiro	287
TÍTULO III Alienação fiduciária em garantia	289
TÍTULO IV Liquidação e saneamento	289
TÍTULO V Disposições finais e transitórias	291
<b>PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA</b>	
Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015	293
CAPÍTULO I Disposições Gerais	310
CAPÍTULO II Reconhecimento do Processo de Insolvência	319
CAPÍTULO III Processo de Insolvência Secundário	325
CAPÍTULO IV Informação dos Credores e Reclamação dos respetivos Créditos	333
CAPÍTULO V Processos de Insolvência relativos a Membros de um Grupo de Sociedades	336
SECÇÃO 1 Informação e comunicação	336
SECÇÃO 2 Coordenação	339
SUBSECÇÃO 1 Procedimento	339
SUBSECÇÃO 2 Disposições gerais	342
CAPÍTULO VI Proteção de Dados	345
CAPÍTULO VII Disposições Transitórias e Finais	347
ANEXO A Processos de insolvência a que se refere o artigo 2º, ponto 4	352
ANEXO B Administradores da insolvência a que se refere o artigo 2º, ponto 5	356
ANEXO C Regulamento revogado e suas sucessivas alterações	360
ANEXO D Tabela de correspondência	360
<b>PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DEVEDORES</b>	
Resolução do Conselho de Ministros nº 43/2011, de 25 de outubro	365
<b>REGIME DA APROPRIAÇÃO DO BEM EMPENHADO NO PENHOR MERCANTIL</b>	
Decreto-Lei nº 75/2017, de 26 de junho	371



## SUMÁRIO

CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março	7
Decreto-Lei nº 200/2004, de 18 de agosto	25
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
RERE – REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Lei nº 8/2018, de 2 de março	163
ESTATUTO DO MEDIADOR DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Lei nº 6/2018, de 22 de fevereiro	181
REGIME JURÍDICO DA CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL	
Lei nº 7/2018, de 2 de março	195
ESTATUTO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL	
Lei nº 22/2013, de 26 de fevereiro	201
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES DE ADMINISTRADORES DA INSOLVÊNCIA	
Decreto-Lei nº 54/2004, de 18 de março	219
REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS DO ADMINISTRADOR DA INSOLVÊNCIA EM CASO DE NOMEAÇÃO PELO JUIZ	
Portaria nº 51/2005, de 20 de janeiro	223

SUMÁRIO

MODELOS DOS ANEXOS AO PLANO DE PAGAMENTOS AOS CREDORES EM PROCESSO DE INSOLVÊNCIA DE PESSOAS SINGULARES Portaria nº 1039/2004, de 13 de agosto	227
REGIME GERAL DE PREVENÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro	231
REGIME E PROCEDIMENTO APLICÁVEIS AO RECONHECIMENTO DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM A REDE EXTRAJUDICIAL DE APOIO A CLIENTES BANCÁRIOS Portaria nº 2/2013, de 2 de janeiro	251
DEVERES A OBSERVAR PELAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE SITUAÇÕES DE INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO Aviso do Banco de Portugal nº 17/2012, de 4 de dezembro	261
ARTICULAÇÃO ENTRE O PERSI E O REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DO INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO À HABITAÇÃO Carta-Circular do Banco de Portugal nº 93/2012/DSC, de 28 de dezembro	271
REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS DE GARANTIA FINANCEIRA Decreto-Lei nº 105/2004, de 8 de maio Decreto-Lei nº 85/2011, de 29 de junho	275 279
PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015	293
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DEVEDORES Resolução do Conselho de Ministros nº 43/2011, de 25 de outubro	365
REGIME DA APROPRIAÇÃO DO BEM EMPENHADO NO PENHOR MERCANTIL Decreto-Lei nº 75/2017, de 26 de junho	371
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	375
ÍNDICE-SUMÁRIO	383
SUMÁRIO	389



# BDJUR

## BASE DE DADOS JURÍDICA

LEGISLAÇÃO CÓDIGOS JURISPRUDÊNCIA FORMULÁRIOS EUR-LEX DICIONÁRIO FÓRUM JURÍDICO

[bdjur.almedina.net](http://bdjur.almedina.net)

## QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia-a-dia, como as nossas minutas de autor.

### **PARA MAIS INFORMAÇÕES**

[assinaturas@bdjur.almedina.net](mailto:assinaturas@bdjur.almedina.net)

213 190 243

916 141 786

